

**Diogo Costa Gonçalves**

**LIÇÕES DE  
DIREITOS DE PERSONALIDADE**

---

**DOG MÁTICA GERAL E TUTELA NUCLEAR**

**Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida.** Sem o prévio consentimento escrito do editor, são totalmente proibidas a reprodução e a transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (eletrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou coletivas), os motivos e os objetivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à exceção de excertos para divulgação e da citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.



**Título**

*Lições de Direitos de Personalidade – Dogmática Geral e Tutela Nuclear*

**Autor**

Diogo Costa Gonçalves

**Edição e copyright**

Princípio, Cascais

1.ª edição – março de 2022

© Princípio Editora, Lda.

**Design da capa** Rita Maia Moura

**Execução gráfica** Artipol • **Depósito legal** 496170/22

---

**Princípio**

Rua Vasco da Gama, 60-B – 2775-297 Parede – Portugal

+351 214 678 710 • [principia@principia.pt](mailto:principia@principia.pt) • [www.principia.pt](http://www.principia.pt)

[facebook.com/principia.pt](https://facebook.com/principia.pt) • [instagram.com/principiaeditora](https://instagram.com/principiaeditora) • [linkedin.com/company/principiaeditora](https://linkedin.com/company/principiaeditora)

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> . . . . .	9
<b>PARTE I – COORDENADAS FUNDAMENTAIS DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE</b> . . . . .	13
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</b> . . . . .	15
<b>§ 1. Uma aproximação aos direitos de personalidade</b> . . . . .	15
1. A tutela da realidade pessoal . . . . .	15
2. A dimensão ética da tutela . . . . .	20
3. Os direitos de personalidade no século XXI . . . . .	21
<b>§ 2. <i>Quæstiones disputatæ</i> na jurisprudência</b> . . . . .	25
<b>CAPÍTULO II – OS DIREITOS DE PERSONALIDADE NA LUSOFONIA: A RELEVÂNCIA DO BRASIL</b> . . . . .	43
<b>§ 3. A tutela da personalidade no mundo lusófono</b> . . . . .	43
4. O pioneirismo da cultura jurídica portuguesa . . . . .	43
5. A singularidade da experiência brasileira . . . . .	46
<b>§ 4. A dogmática civil brasileira</b> . . . . .	49
6. Os principais marcos normativos do direito civil brasileiro . . . . .	49
7. Entre o Largo de São Francisco e a Escola do Recife . . . . .	55
<b>§ 5. A receção dos direitos de personalidade no Brasil</b> . . . . .	63
8. Os direitos absolutos de personalidade em Teixeira de Freitas . . . . .	63

9. O «silêncio» dos primeiros manuais . . . . .	66
10. O Código Civil de 1916 . . . . .	67
11. A consolidação dos direitos de personalidade: PONTES DE MIRANDA . . . . .	69
12. ORLANDO GOMES e o Projeto de Código Civil (1963) . . . . .	71
13. O Projeto de Código Civil (1975) . . . . .	73
<b>§ 6. Os direitos de personalidade na vigência do Código Civil (2002) e a escola do direito civil-constitucional . . . . .</b>	<b>76</b>
14. Sequência: entre a continuidade e a rutura . . . . .	76
15. A escola brasileira do «direito civil-constitucional» . . . . .	79
16. Crítica: um vazio metodológico . . . . .	83
17. Crítica: a natureza histórico-dogmática do direito . . . . .	84
18. Crítica: pensamento problemático e sistema . . . . .	91
<b>CAPÍTULO III – FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS . . . . .</b>	<b>95</b>
<b>§ 7. A juridicidade da realidade pessoal . . . . .</b>	<b>95</b>
19. Sequência; conceito ôntico de personalidade . . . . .	95
20. Critérios de juridicidade: a distinção entre o plano ôntico e o plano jurídico . . . . .	97
<b>§ 8. Personalidade vs. capacidade jurídica . . . . .</b>	<b>99</b>
21. A origem da distinção entre personalidade e capacidade jurídica . . . . .	99
22. Revisão crítica: sobreposição conceptual . . . . .	106
23. Cont.: contaminação valorativa . . . . .	108
24. Cont.: o problema da relativização da personalidade e a universalidade sistemática dos conceitos . . . . .	109
25. O retorno ao monismo conceptual . . . . .	115
26. O destino da personalidade jurídica: perspetivas . . . . .	119
27. Imputação concreta vs. imputabilidade abstrata de situações jurídicas . . . . .	121
<b>§ 9. A tutela da personalidade e o direito subjetivo . . . . .</b>	<b>124</b>
28. Tutela objetiva ou subjetiva da personalidade? . . . . .	124
29. Tutela civil, penal e constitucional da personalidade . . . . .	125
30. A possibilidade de o sujeito ser objeto do próprio direito . . . . .	128
31. A questão na doutrina portuguesa: os direitos originários . . . . .	133
32. Cont.: MANUEL DE ANDRADE e o Código Civil de 1966 . . . . .	137
33. Direito (geral) de personalidade vs. direitos (especiais) de personalidade . . . . .	138
<b>§ 10. Os bens de personalidade . . . . .</b>	<b>142</b>
34. Bens nucleares da personalidade . . . . .	142
35. Bens periféricos da personalidade . . . . .	144

36. A expansão da tutela: perspectivas e desafios . . . . .	145
<b>§ 11. Características dos direitos de personalidade</b> . . . . .	148
37. Sequência; cogência e eventualidade . . . . .	148
38. Não-patrimonialidade e indisponibilidade . . . . .	149
39. Cont.: o critério da preponderância . . . . .	151
<b>PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DA TUTELA</b> . . . . .	155
<b>CAPÍTULO I – A ORIGEM DO CONCEITO DE PESSOA</b> . . . . .	157
<b>§ 12. A invenção teológica do conceito</b> . . . . .	157
40. A inexistência de <i>persona</i> na filosofia antiga . . . . .	157
41. O contributo da teologia . . . . .	162
<b>§ 13. <i>Persona</i> da teologia trinitária</b> . . . . .	166
42. A tradição grega . . . . .	166
43. A tradição latina . . . . .	174
44. A síntese agostiniana e a formulação de BOETHIUS . . . . .	176
<b>§ 14. <i>Persona</i> e cristologia</b> . . . . .	181
<b>§ 15. Pessoa na modernidade e a antropologia da subjetividade</b> . . . . .	187
45. Sequência; o contexto cultural da filosofia moderna . . . . .	187
46. O sujeito cartesiano . . . . .	194
47. A pessoa no empirismo inglês: LOCKE e HUME . . . . .	195
48. O Homem kantiano e do idealismo alemão . . . . .	196
49. Sinopse: a «experiência da não-realidade» da pessoa . . . . .	200
<b>§ 16. Antropologia contemporânea</b> . . . . .	204
50. Existencialismos e personalismos . . . . .	204
51. Uma nova «era antropológica»? . . . . .	206
<b>§ 17. A teoria de género</b> . . . . .	207
52. Do corpo-sujeito ao corpo-objeto . . . . .	207
53. Masculinidade e feminilidade; natureza <i>vs.</i> cultura . . . . .	210
54. Origem histórica da teoria de género: <i>sexo vs.</i> género . . . . .	214
55. Cont.: da medicina para as «ciências sociais e humanas» . . . . .	216
56. O uso ideológico da teoria de género . . . . .	217
<b>CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA DA REALIDADE PESSOAL</b> . . . . .	225
<b>§ 18. Autopossessão, ipseidade e relação</b> . . . . .	225
57. O Homem como <i>distinctum subsistens</i> . . . . .	255

58. O Homem como <i>distinctum subsistens respectivum</i> . . . . .	229
59. A vida como missão . . . . .	232
<b>§ 19. A radical unidade ontológica da pessoa</b> . . . . .	238
<b>PARTE III – EXPOSIÇÃO SISTEMÁTICA</b> . . . . .	241
<b>CAPÍTULO I – A TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE</b> . . . . .	241
<b>§ 20. As pessoas físicas</b> . . . . .	243
60. Sequência; diversas intensidades de tutela . . . . .	243
<b>§ 21. O nascituro</b> . . . . .	246
61. A relevância do nascimento . . . . .	246
62. A solução do BGB e a capacidade jurídica limitada do nascituro . . . . .	247
63. A tradição portuguesa: do Código SEABRA ao atual Código Civil . . . . .	251
64. A superação histórica do critério do nascimento . . . . .	252
65. O nascimento como expansão da capacidade de gozo . . . . .	255
66. O alcance normativo do art. 66.º /1 . . . . .	258
67. O não-nascimento . . . . .	259
<b>§ 22. A tutela <i>post mortem</i></b> . . . . .	263
68. A natureza do bem jurídico protegido . . . . .	263
69. A tutela <i>post mortem</i> na jurisprudência . . . . .	265
70. Posição adotada; o dano relacional . . . . .	267
71. Cont.: a legitimidade prevista no n.º 2 do art. 71.º . . . . .	268
<b>§ 23. As pessoas coletivas</b> . . . . .	270
72. Sequência . . . . .	270
73. As dissonâncias da jurisprudência . . . . .	272
74. A natureza da pessoa coletiva; estrutura normativa da personificação . . . . .	280
75. Cont.: dupla dimensão sistemática (tipo <i>vs.</i> conceito classificatório) . . . . .	283
76. Posição adotada . . . . .	284
77. A projeção da personalidade singular na pessoa coletiva . . . . .	289
78. Uma hipótese de <i>Drittschadensliquidation?</i> . . . . .	291
<b>CAPÍTULO II – O REGIME DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE</b> . . . . .	297
<b>§ 24. Limitações voluntárias</b> . . . . .	297
79. Sequência . . . . .	297
80. O negócio limitativo . . . . .	298
81. A natureza da limitação . . . . .	301

82. O princípio da livre revogabilidade . . . . .	303
83. Concurso de regimes . . . . .	308
84. Os menores e os maiores acompanhados . . . . .	310
<b>§ 25. Colisão de direitos</b> . . . . .	314
85. Sequência . . . . .	314
86. Superioridade axiológica e bens de personalidade . . . . .	316
87. Cont.: a relevância da identidade dos sujeitos . . . . .	317
88. A mútua restrição no exercício . . . . .	318
<b>§ 26. Tutela preventiva e responsabilidade civil</b> . . . . .	319
89. Tutela preventiva: as providências adequadas . . . . .	319
90. Tutela ressarcitória: imputação de danos . . . . .	320
91. O dano existencial . . . . .	321
92. Cont.: a dimensão existencial da patrimonialidade . . . . .	326
93. O dano relacional . . . . .	328
94. Distinção das figuras . . . . .	329
<b>CAPÍTULO III – A TUTELA NUCLEAR DA PERSONALIDADE</b> . . . . .	331
<b>§ 27. O direito à vida e à integridade física</b> . . . . .	331
95. A vida como bem jurídico . . . . .	331
96. A indisponibilidade da vida: a ilicitude do suicídio e dos comportamentos de risco . . . . .	333
97. A ilicitude da eutanásia . . . . .	336
98. A ilicitude (civil) do aborto . . . . .	339
99. A tutela da realidade embrionária e a PMA . . . . .	340
100. A integridade física . . . . .	344
<b>§ 28. O dano morte</b> . . . . .	347
101. Sequência; a <i>vexata quaestio</i> . . . . .	347
102. Posição adotada; dano morte <i>vs.</i> danos causados pela morte . . . . .	348
103. A legitimidade prevista no art. 496. <sup>º</sup> . . . . .	351
<b>§ 29. A própria vida como dano?</b> . . . . .	355
104. Sequência . . . . .	355
105. <i>Wrongful pregnancy</i> . . . . .	356
106. <i>Wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i> . . . . .	360
107. A experiência portuguesa . . . . .	363
108. Cont.: os acórdãos do STJ, de 17-jan.-2013 e de 12-mar.-2015 . . . . .	366
109. A inadmissibilidade da pretensão à «não-existência» . . . . .	373
110. A posição jurídica dos pais: <i>wrongful pregnancy</i> e dano existencial . . . . .	377

111. Cont.: os casos de <i>wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i> . . . . .	381
<b>§ 30. O direito à identidade</b> . . . . .	384
112. O conhecimento das origens e as relações constitutivas do sujeito . . . . .	384
<b>§ 31. O direito à privacidade</b> . . . . .	387
113. A reserva da intimidade . . . . .	387
114. Cont.: teoria das esferas e comportamentos performativos . . . . .	389
115. Os <i>media</i> e os contratos relativos à vida privada ( <i>Verträge über Privatsphäre</i> ) . . . . .	392
<b>§ 32. O direito à honra</b> . . . . .	395
116. A honra enquanto bem jurídico . . . . .	395
117. Conflitos típicos com liberdades fundamentais . . . . .	398
118. Coordenadas da jurisprudência . . . . .	401
119. Um direito ao esquecimento? . . . . .	411
 <b>JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA</b> . . . . .	 419
Tribunal Constitucional . . . . .	419
Supremo Tribunal de Justiça . . . . .	419
Tribunal da Relação do Porto . . . . .	422
Tribunal da Relação de Lisboa . . . . .	422
Tribunal da Relação de Coimbra . . . . .	423
Tribunal da Relação de Guimarães . . . . .	423
Tribunal da Relação de Évora . . . . .	423
 <b>BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	 425
 <b>ÍNDICE IDEOGRÁFICO</b> . . . . .	 451
 <b>ÍNDICE</b> . . . . .	 455